

UMA CRÍTICA À PERSPECTIVA DA ECONOMIA NACIONAL A PARTIR DA NOÇÃO DE ECONOMIA-MUNDO

Pedro Vieira¹

Fernando Corrêa Prado²

Área “Metodologia e História do Pensamento Econômico”

Sub-área 01 “Metodologia e Caminhos da Ciência”

RESUMO: Assumindo que ao terem adotado a economia/sociedade nacional como unidade de análise as ciências sociais – entre elas a economia política – ficaram limitadas a uma compreensão parcial do capitalismo, este texto procura mostrar as causas que levaram àquela escolha e como ela dominou e ainda domina o pensamento social latino-americano. A análise de alguns textos representativos da produção intelectual do continente latino-americano mostra que seus autores, mesmo não deixando de se referir a uma entidade maior (sistema mundial, economia mundial, etc.) nunca chegaram a transcender a economia nacional como unidade de análise. O texto também apresenta o conceito de economia-mundo como forma de superação da perspectiva nacional.

I - Introdução

O esforço teórico que serviu de base para que a economia surgisse como ciência tinha como pano de fundo a problemática da economia e do estado nacional³. Talvez o mais importante fator isolado que levou à predominância do Estado-nação ou da economia nacional como *locus* de observação das ciências sociais em geral, e de forma específica da ciência econômica, tenha sido o fato de que as atividades produtivas, comerciais e financeiras – em suma, econômicas – sempre afetaram os interesses dos estados nacionais em formação e, portanto, em luta contra outros estados. A problemática do estado nacional dominou o pensamento econômico: economia nacional, mercado nacional, desenvolvimento nacional. Produto Nacional, são alguns conceitos que mostram este domínio.

¹ Professor da graduação e do mestrado em economia (Área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo) da UFSC.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da Universidade Nacional Autônoma do México.

³ O próprio nome da nova ciência, Economia Política, corrobora esta afirmação. A preocupação com o fortalecimento do Estado Nacional também se revela nos títulos que Adam Smith e David Ricardo escolheram para suas obras: respectivamente, *A Riqueza das Nações* e *Princípios de Economia Política e Tributação*. De maneira ainda mais explícita, a questão da formação do estado e da sociedade nacional aparece no título (e no conteúdo, obviamente) da mais conhecida obra de Friedrich List (1789-1841): *Sistema Nacional de Economia Política*.

No entanto, no século XXI, é impossível compreender as estruturas sócio-econômicas de qualquer país ou região sem partir da expansão do capitalismo e de sua caracterização como sistema mundial hierarquizado. Apesar disto, por força de uma inércia intelectual, continua-se pensando, estudando e pesquisando sobre o terreno firme das economias e sociedades nacionais. E isso a despeito de – pelos menos desde 1946 – certas práticas políticas e econômicas terem se espalhando por todo o globo, como foi, até a década de 1970, o caso do Estado do Bem-Estar, do fordismo, do protecionismo, do desenvolvimentismo. Desde então, em praticamente todo o mundo – com a exceção talvez dos EUA – a maioria dos governos, independentemente de suas orientações ideológicas e programáticas passou a executar as mesmas medidas: austeridade fiscal, privatizações, controle da inflação, indexação da moeda nacional ao dólar (e mesmo a dolarização), etc.⁴. Tal convergência de políticas não estaria indicando que, não obstante o fato do espaço mundial estar recortado por fronteiras políticas – os limites territoriais dos estados-nação – em todos eles estaria operando um **único sistema** de transações comerciais e financeiras? Não seria esta unidade proporcionada pelo que alguns autores denominam economia-mundo?

Se esta apreciação é correta, por que continuar a olhar o mundo com os “óculos” da “economia nacional” e mesmo regional? Não seriam estas categorias grandes empecilhos para uma análise crítica da situação presente e futura de nossas sociedades?

Estas indagações nos levaram a questionar a eficácia tanto teórica quanto política de analisar as transformações históricas do mundo contemporâneo com o conceito de economia ou sociedade nacional.

Inspirados e motivados pelas obras de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, pretendemos neste texto mostrar (seção II) as causas que levaram as ciências sociais a adotar a economia e a sociedade nacional como unidade de análise; em seguida, na seção III, mostraremos como, apesar das referências a um sistema internacional ou a uma economia mundial, os cientistas sociais latino-americanos não chegaram a superar a perspectiva da economia/sociedade nacional. Na quarta seção defenderemos que esta superação começou a ser empreendida pela “análise dos sistemas-mundo”, como é conhecida a perspectiva teórica inaugurada por Immanuel Wallerstein com o lançamento, em 1974, do primeiro volume de “O Moderno Sistema Mundial”.

⁴ Devido às diferenças historicamente construídas entre os estados-nação, estas práticas não são iguais nem produzem a mesmas conseqüências. Os estados do centro da economia-mundo seguem o princípio do orçamento equilibrado, mas com graus de autonomia que são impensáveis aos estados da periferia, onde se chega mesmo a renunciar à uma moeda própria.

II – As origens da perspectiva analítica centrada na economia nacional

Em nossa pesquisa encontramos pelo menos três grandes forças que levaram à predominância da perspectiva nacional nas ciências sociais: 1) o estado-nação passa a ser o espaço vital do homem moderno; 2) A perspectiva reducionista ou cartesiana adotada pelas ciências sociais; e 3) as estratégias políticas de mudanças a partir dos aparelhos de estado. No que segue, vamos abordar cada uma destas causas.

II. 1 – O estado-nação como espaço vital das comunidades modernas

Como algumas outras espécies⁵, o homem é um animal social, no sentido de que sua sobrevivência só é possível através de núcleos mais ou menos amplos (famílias, clãs, povos, tribos, nações), ao que veio acrescentar-se, na modernidade, o estado-nação, que circunscreve ou faz coincidir os limites territoriais da ação da unidade política ou do aparelho de poder – o estado – com o espaço ocupado por uma nação, vale dizer, uma comunidade étnico-cultural, que passava a ser também uma unidade política. Dado que, pelo menos desde o século XVI, o estado-nação tem sido a forma política típica da economia-mundo capitalista⁶, interessa ver como esta nova base territorial e política contribuiu de forma sistemática, organizada e permanente para o fortalecimento daquela tendência natural de percepção do mundo a partir do território e da vida social concreta, imediata.

Os interesses econômicos e políticos das classes dominantes destes estados-nação ditavam a necessidade de unificar todos os habitantes em torno da defesa de seu espaço vital, de sua cultura, de seu território, de seu país⁷. Deve ficar claro que o estado-nação é antes de tudo uma entidade política, uma instituição cuja existência depende da capacidade de acumular poder nos planos interno (sobre os indivíduos componentes do estado) e externo (sobre os demais estados-nação).

A criação, a consolidação e o poder de um Estado-Nação tanto frente a seus cidadãos quanto frente aos demais estados, sempre dependeram de sua capacidade organizativa e militar e esta de suas finanças, cujas fontes podiam ser internas – impostos, empréstimos e

⁵ Capra (1982, p. 271) chama de insetos sociais as abelhas, vespas, formigas, térmitas entre outros, porque, assim como os homens, são “incapazes de sobreviver em isolamento”.

⁶ Baseado em Ruggie (1993), Arrighi (1996, p.80) afirma que o “traço principal e mais característico do moderno sistema de governo foi a diferenciação das coletividades em espaços territoriais fixos e mutuamente excludentes de dominação legítima”.

⁷ “A homogeneização cultural tende a servir os interesses de grupos chaves, e as pressões erguem-se para criar identidades culturais- nacionais. Este é particularmente o caso nas áreas favorecidas da economia-mundo, aquela que chamamos Estados do centro” (Wallerstein, 1974a, p. 339).

taxas – e externas, através da conquista de territórios e povos de quem eram cobrados tributos. Sabemos que o surgimento e a expansão de cada estado-nação estiveram, desde o início, associados ao processo de ampliação das redes privadas de acumulação de capital, que no princípio da era moderna “estavam inteiramente inseridas em redes de poder e lhes eram subordinadas.” (Arrighi, 1996, p.87). “Entretanto, à medida que as redes de acumulação se expandiram de modo a abranger todo o globo, elas se tornaram cada vez mais autônomas e dominantes em relação às redes de poder. Como resultado, surgiu uma situação em que, para ter êxito na busca de poder, **os governos têm de ser líderes não apenas nos processos de gestão do Estado e da guerra, mas também nos de acumulação de capital**” (*ibid.*, p.88, grifo nosso). Assim, o estado revela-se como um agente econômico decisivo.

Para Braudel, “a irrupção do Estados no centro da vida econômica não é um acidente nem mesmo uma força intempestiva, como pensou, talvez apressadamente Joseph A. Schumpeter. Quer tenha pretendido ou não, o Estado se converteu no empresário mais importante do século [XVI]” (1992, p. 596). Segundo este mesmo autor, o Estado Nacional cria o mercado nacional e também, em sua defesa, “inventa” políticas econômicas, como é o caso do mercantilismo, o qual, diz ele, “não é mais do que o avanço insistente, egoísta, logo veemente do estado moderno” (1998, p.484). Comentando um historiador segundo o qual os mercantilistas teriam inventado a nação, Braudel retruca: “a menos que tenha sido a nação ou a pseudonação em gestação que, inventando a si própria, tenha inventado o mercantilismo” (*idem*). Estas práticas (protecionistas) são perceptíveis tão logo haja “um surto de nacionalismo” aduaneiro. O reino de Castela, a França e a Inglaterra no início do século XIV estabeleceram proibições para exportação e importação de certos produtos.

Apesar de não oferecer uma resposta formal a perguntas tais como, “o estado promoveu ou não o capitalismo? Deu-lhe impulso?”, Braudel constatou que “entre o século XV e o século XVIII, ele [o estado] abarca tudo e todos, é uma das forças novas da Europa” (*ibid.*, p. 494), mas não explica tudo, não submete tudo à sua ordem. Talvez a síntese do que pensa Braudel sobre a relação entre o capitalismo e o estado seja a seguinte: “Favorável, desfavorável, o Estado moderno foi uma das realidades por onde o capitalismo abriu caminho, ora dificultado, ora favorecido, muitas vezes progredindo em terreno neutro” (*idem*). Isto é assim porque, embora o interesse do estado e o da economia nacional freqüentemente coincidam, o capitalismo busca sempre as melhores oportunidades de lucro, e “por isso é natural que os interesses capitalistas, ontem como hoje, passem por cima dos interesses do

espaço restrito da Nação. Isto falseia ou, pelo menos, complica o diálogo e as relações entre Capital e o Estado” (*idem*, grifo nosso).

Vê-se assim porque desde os primeiros passos do Moderno Sistema Mundial os assuntos econômico-financeiros são questões de Estado, cuja atividade precípua é a política, vale dizer, a busca do poder. Mas numa economia-mundo capitalista o poder está umbilicalmente ligado à capacidade financeira do aparelho estatal e por isso as atividades produtivas, comerciais e financeiras – que comumente chamamos de economia – passem a interessar e sofrer intervenção direta do estado.

Quando os filósofos e pensadores dedicaram-se a refletir sobre as relações entre o Estado e as atividades econômico-financeiras surgiu a Economia Política, ou seja, o estudo das questões econômicas a partir dos interesses do Estado. Não é por outra razão que Adam Smith intitulou sua obra máxima de *A riqueza das Nações* e que o livro de David Ricardo chama-se *Princípios de Economia Política e Tributação*. A Economia Política nasce no contexto de afirmação dos Estados Nacionais, não podendo deixar de estar referida permanentemente a ele. Tão grande era a vinculação da Economia Política com o Estado Britânico, que Friedrich List considerou completamente inadequadas as idéias de Smith e Ricardo – sobretudo aquelas referentes ao comércio internacional – para aqueles Estados que tenham como objetivo disputar a hegemonia no sistema interestatal mundial.

Também a síntese neoclássica do século XX adotou como unidade de análise a economia nacional. Tanto é assim, que a macroeconomia primeiro estuda uma economia fechada e depois abre o modelo para incorporar as transações externas; nos dias atuais se considera um grande avanço a “macroeconomia aberta”.

Até aqui pudemos ver, ainda que brevemente, como a escolha do estado-nação como unidade de análise para a ciência econômica foi um resultado quase natural do fato de que, para os pensadores do século XVIII e XIX, os interesses de seus respectivos estados-nacionais⁸ representavam os interesses da civilização ocidental e, portanto, do gênero humano. Agora cabe examinar as casusas epistemológicas que incidiram sobre tal fenômeno.

⁸ A iniciação de David Ricardo nos assuntos econômicos, por exemplo, aconteceu quando ele, membro do Parlamento inglês, envolveu-se no debate sobre as consequências internas do impostos de importação do trigo.

II.2 – Causas epistemológicas

Além desta determinação propriamente política, quando se dedicaram à reflexão das práticas econômicas, os homens e mulheres do século XIX estavam condicionados ao paradigma científico dominante, que desde o século dezesseis veio sendo constituído sobre o empirismo de Francis Bacon, o racionalismo de Descartes e a mecânica de Newton. Stokes (1995, p.22) argumenta que do iluminismo do século XVIII emergiram dois paradigmas científicos: o atomismo “mecanístico” (*mechanilistic*) e o holismo, e não obstante o “pensamento econômico convencional tenha se alinhado com o atomismo mecanístico, enfoques holísticos também se fizeram presentes”.

Boaventura Santos (1992, p. 14) assinala duas conseqüências deste paradigma (cartesiano-newtoniano) para todo o pensamento científico da era moderna: a distinção entre conhecimento científico e senso comum e a total separação entre homem e natureza, que passou a ser considerada como “mera extensão e movimento. Ela é passiva, eterna e reversível. É um mecanismo cujos elementos podem ser desmontados e outra vez colocados juntos na forma de leis. Ela não possui qualidades ou dignidade que nos impede de revelar seus segredos”. Na mecânica de Newton, “o mundo da matéria é uma máquina cujas operações podem ser determinadas com precisão por meio de leis físicas e matemáticas – um mundo estático e eterno pairando num espaço vazio, um mundo que o racionalismo torna compreensível ao dividi-lo em suas partes constitutivas” (*ibid.*, p. 17).

Se acrescentarmos a estes princípios o método cartesiano que recomenda “dividir cada uma das dificuldades em tantas partes quanto for possível e necessário para resolvê-las melhor” (Descartes, *apud.* Santos, 1992, p. 16), teremos as bases epistemológicas das ciências sociais do século XIX, sendo a Economia Política a primogênita e por isso mentora das irmãs. Considerado criador desta ciência, “Smith estava apaixonado pela visão de mundo mecanicista e estava determinado a formular uma teoria da economia que refletisse os universais do paradigma newtoniano. Sua iniciativa foi bem sucedida com a adoção, pelos economistas matemáticos, daquelas abstrações desnaturalizadas (*unnatural abstractions*) que reduzem a vida humana a um mecanismo cru de um relógio, que automaticamente aloca capital, recursos e produção” (Stokes, *op.cit.*, p. 50).

A divisão do todo em partes justificou a criação de uma entidade chamada “sistema econômico” com leis de funcionamento próprias, diferentes daquelas que estariam regulando toda a vida social. Mas qual era a menor parte deste todo? Esta pergunta nos leva à concepção

atomística da sociedade, que chegou à Economia Política através da filosofia de Locke, que por sua vez a tomou da física:

“Na esteira da física newtoniana, Locke desenvolveu uma concepção atomística da sociedade, descrevendo-a em termos de seu componente básico, o ser humano. Assim como os físicos reduziram as propriedades dos gases aos movimentos de seus átomos, ou moléculas, também Locke tentou reduzir os padrões observados na sociedade ao comportamento de seus indivíduos. Assim ele passou a estudar primeiro a natureza do ser humano individual, e depois tentou aplicar os princípios da natureza humana aos problemas econômicos e políticos” (Capra, 1982, p. 64).

Avançando ainda mais no caminho do reducionismo, passou-se a considerar que “as motivações dos homens, vistos como átomos, eram apenas materiais, e isto, portanto, determinava sua participação nas atividades econômicas e também na sociedade. A sociedade, sendo a aglomeração destes átomos ‘econômicos’, era vista como sendo fundamentalmente econômica” (Stokes, *op.cit.*, p. 50).

Na formulação de Adam Smith, a sociedade econômica seria o resultado da aglomeração dos indivíduos-produtores através da troca. Como sabemos, Smith defendia que o homem tinha uma tendência natural à troca, na qual visando cada indivíduo/átomo seu próprio interesse, o resultado seria o bem comum, desde que a troca não fosse cerceada ou regulada. Aplicada ao comércio internacional – visto como uma ampliação espacial da sociedade econômica nacional – o livre comércio, acompanhado do padrão ouro, produziram o bem estar de toda as nações implicadas, bem como o equilíbrio dos respectivos balanços de pagamento. Vemos assim como a concepção atomística da sociedade, está incapacitada para ver qualquer outro agente econômico, que não o indivíduo/átomo. É perfeitamente compreensível que o estado-nação e seus interesses – de natureza essencialmente política – não possam ser considerados.

Com sua concepção atomística da sociedade, Locke estava seguindo a Newton, pois via a sociedade como a reunião de átomos. Do mesmo modo que a física asseverava que o mundo da matéria era regido por leis, o sistema econômico funcionaria segundo leis universais, como é o caso da lei da oferta e da procura, cujo funcionamento, livre de interferências, conduziria ao equilíbrio.

A idéia de leis universais afasta qualquer preocupação com o tempo e o espaço, pois os fenômenos econômicos obedecerão às mesmas leis em qualquer tempo e em qualquer lugar. Assim, o estudo das práticas econômicas não precisa levar em consideração tempos e espaços específicos e singulares, o que evidentemente torna universal os conceitos e teorias – bem com as práticas decorrentes – que foram criados a partir da observação do que ocorria na

Inglaterra. Vemos aqui como a Economia Política importou *ipsis literae* as noções de tempo e espaço absolutos da mecânica newtoniana⁹.

Karl Marx não rompeu completamente com esta tradição. Se por um lado não estava interessado em estudar as causas do crescimento, do poder, da riqueza das economias nacionais, ou como dizia Adam Smith, a riqueza do soberano e neste sentido se afastou da perspectiva da economia/estado nacional, por outro queria descobrir as leis econômicas da sociedade burguesa¹⁰, o que o filia à concepção newtoniana de tempo e espaço. Ao mesmo tempo recusa completamente o atomismo da Economia Política Clássica:

“Para os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros ainda se apoiam totalmente Smith y Ricardo, este indivíduo do século XVIII – que é produto, por um lado, da dissolução das formas de sociedade feudais, e por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI – aparece como um ideal cuja existência teria pertencido ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história” (Marx, 2004, p.33).

Marx realizou uma contundente crítica à concepção do indivíduo isolado, a-histórico, e demonstra que a própria noção de indivíduo somente é concebível em sociedade e se desenvolveu justamente na época em que é impossível a produção individual da vida. Em suas palavras, “a época que gera este ponto de vista, esta idéia do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (gerais segundo este ponto de vista) chegaram ao mais alto grau de desenvolvimento alcançado até o presente” (*ibid.*, p.34). A partir desta crítica, Marx busca recuperar a totalidade perdida pela Economia Política.

De acordo com Theotônio dos Santos, Marx dá o primeiro passo para levar a análise social para além das economias nacionais:

“Ao criar a categoria mercadoria, Marx demonstra que é produzida num contexto de troca, e este é um fenômeno essencialmente inter-tribal, inter-comunitário, internacional [...] ao tomar a categoria de mercadoria como um elemento central que remete às relações econômicas básicas na construção do modo capitalista de produção, Marx situou o capitalismo como um processo histórico que, de modo algum, pode ser pensado simplesmente como um processo nacional” (2000, pp.465-466).

De fato, a afirmação de Theotônio dos Santos encontra apoio no autor de *O Capital*: “A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o

⁹ “O espaço do universo newtoniano, no qual todos os fenômenos físicos aconteciam, era o espaço tridimensional da geometria euclidiana clássica. Era um espaço absoluto, independente dos fenômenos físicos que nele ocorriam. (...) Todas as mudanças no mundo físico eram descritas em função de uma dimensão à parte, o tempo, também absoluto, sem ligação alguma com o mundo material, e que fluía de maneira uniforme do passado para o futuro através do presente.” (Capra, 1982, p.10)

¹⁰ “Intrinsecamente, a questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade” (Marx, 2001, p. 16).

comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital” (Marx, 2001, p.177). O modo de produção capitalista é percebido como um processo histórico impossível dentro do limite puramente nacional. As contribuições que seguiram o caminho iniciado por Marx tenderam naturalmente a observar o capitalismo como um sistema mundial; os exemplos mais diretos poderiam ser os trabalhos de Hilferding, Rosa Luxemburg, Kautsky, Lênin, Bukarin e Trotsky. Este último, por exemplo, advertiu que a economia mundial deve ser apreendida “não como uma mera adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente criada pela divisão do trabalho e pelo mercado mundial que domina todos os mercados nacionais” (Trotsky, *apud*. Chesnais, 2003, p. 45).

Ao relatar o processo que seguiu sua investigação, Marx conclui que “tanto as condições jurídicas como as formas políticas não podiam ser compreendidas por si mesmas nem a partir do que se deu por chamar de desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, radicam nas condições materiais de vida [...]”, e a partir de tal conclusão interpreta a história de modo que “as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]”. Não obstante defenda a preponderância do “modo de produção da vida material” na determinação do “processo social, político e intelectual da vida em geral, Marx recorda que é justamente “nas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, em suma, ideológicas, onde os homens tomam consciência deste conflito e o dirimem” (2004, pp.66-67). Tais formas foram em enorme medida identificadas com o Estado, de modo que as lutas derivadas do conflito intrínseco ao sistema capitalista se deram sobretudo no âmbito do Estado. Eis aqui um terceiro fator a ser analisado em nosso caminho.

II.3 –As mudanças a partir do aparelho estatal

O terceiro fator que consolidou o estado-nação como unidade de análise mais adequada para estudar a mudança social foi a adoção, pelos movimentos políticos anti-capitalistas, da estratégia de promover as mudanças a partir do aparelho de Estado.

Considere-se o caso dos bolcheviques russos. Ainda que suas idéias políticas tivessem a inspiração revolucionária de Marx e Engels, quando tomaram o poder político, os bolcheviques defrontaram-se com a necessidade imperiosa de desenvolver a economia para

fortalecer e viabilizar o estado-nação soviético. Em outras palavras, adotaram práticas que, não obstante sua inspiração revolucionária e internacionalista, contribuíram para o fortalecimento da perspectiva nacional da economia política burguesa. O internacionalismo de Marx e Engels, consagrado na frase “trabalhadores do mundo uni-vos” tornou-se bandeira dos opositores do regime soviético sob Stálin, mas tinha que ser abandonado sempre que os revolucionários pelo mundo afora assumiam o poder político. Quando isto acontecia, eles, como quaisquer outros governantes, precisavam: 1) responder às demandas dos governados e 2) rechaçar as investidas dos estados rivais. Para tanto deviam adotar políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento da “economia nacional” e do aparelho de estado, aumentando simultaneamente o poder dos grupos que o controlavam. O sucesso do Estado Soviético na promoção do desenvolvimento econômico, atraiu o interesse das forças políticas nacionalistas e/ou socialistas, que em muitos países que se fortaleceram ao apresentar o planejamento socialista como o caminho mais curto para o crescimento econômico.¹¹

No mundo bipolar da guerra fria, a via socialista implicava a adesão ao bloco soviético, o que não podia ser aceito pelos Estados Unidos, a potência hegemônica do sistema capitalista mundial. O governo do EUA passou então a promover sistematicamente o desenvolvimento econômico, criando programas e instituições específicas, com foi o caso da Agência para o Progresso. Foi neste contexto, que o desenvolvimento econômico passou a ser a meta de todo governante. Na América Latina esta meta deu lugar a uma doutrina político-econômica denominada nacional-desenvolvimentismo, que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 inspirou os programas de vários governos (Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Cárdenas no México).

O que expusemos até aqui nos dá a idéia de como a economia nacional foi sendo, teórica e praticamente, elevada à condição de unidade primária do pensamento científico da prática política que visava a transformação social. Mais do que isso, independente da ideologia, o desenvolvimento econômico nacional passou a ser não somente desejável, como também possível.¹²

A aceitação acrítica da viabilidade de um desenvolvimento econômico nacional parece ser inevitável quando o ativismo político precede ou orienta a análise científica. Neste caso, mesmo se a economia mundial não é abstraída, ela não pode ser o ponto de partida e por

¹¹ “Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos, o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais” (Hobsbawn, 1995, p. 101).

¹² A partir de 1959, para diminuir desigualdade de renda entre países, os governos empreenderam diversas ações, das quais a mais importante foi “a busca do desenvolvimento econômico pelos governos” (Arrighi, 1997, p. 254).

isso suas determinações não são vistas, ou são obrigatoriamente menosprezadas ou rebaixadas a um segundo plano. Esta escolha metodológica é coerente com uma prática política pragmática, pois um grupo político só pode atingir seus objetivos de transformação e mudança se aumenta o número de seus adeptos, seguidores e militantes, o que por sua vez só pode acontecer partindo de problemas e soluções locais, regionais e no máximo nacionais. Quer dizer, precisa convencer a população de que é possível, se forem adotadas as políticas corretas, promover o desenvolvimento econômico.

Em suma, quando mais pragmática e voltada para a conquista do poder político for a estratégia, menor será o peso atribuído às determinações que transcendem as fronteiras nacionais.

III - A perspectiva da economia nacional nas ciências sociais latino-americanas

Nesta seção procuraremos mostrar que a perspectiva nacional também domina as ciências sociais latino-americanas. Para tanto, nos serviremos de autores que, embora brasileiros, são referências no pensamento econômico-social do subcontinente.

Em *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, nosso grande Celso Furtado escreveu:

“É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de **um sistema econômico autônomo**, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira” (Furtado, 1995, p. 38, grifos nossos).

Embora tenha estudado e escrito muito sobre a economia global, Furtado não chegou a transcender a perspectiva da economia nacional, quer dizer, continuou considerando a economia nacional como a unidade elementar de suas análises. Em *Brasil - A construção interrompida*, reproduz trechos de uma conferência por ele proferida em 1983, em que dizia: “o processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – **não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de ser simétricas**” (Furtado, 1992, p. 14, grifos nossos).

A certeza ou a busca das condições que levariam à constituição de um “sistema econômico autônomo” manteve-se como uma espécie de axioma nas mais diversas correntes do pensamento econômico e social latino-americano. Como decorrência, estas análises não

puderam evitar ambigüidades no tratamento das causas “internas” e “externas” da realidade latino-americana.

Em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso & Faletto escreveram: “a especificidade da situação atual de dependência está em que os ‘interesses externos’ radicam cada vez mais no setor da produção para o mercado interno (sem anular as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas” (1970, p. 141-42).

As aspas que cercam a expressão “interesses externos” claramente indicam uma ambigüidade: os autores não concordam inteiramente com esta expressão, mas não podem deixar de usá-la. Neste mesmo texto os autores chegam a se perguntar se a idéia de dependência não deveria ser substituída pela de interdependência.

Em *O capitalismo Tardio*, Cardoso de Mello afirma que as limitações do ensaio de Cardoso & Faletto se devem a que, ao aceitarem a periodização e as etapas cepalinas para o desenvolvimento da América Latina, os dois autores ficaram impedidos de ver que o equívoco do pensamento da CEPAL residia “nas abstrações dos condicionamentos sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico” (Mello, 1990, p. 26). Segundo este autor, dever-se-ia pensar, “até as últimas conseqüências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo”. E seu livro se quer uma contribuição à tarefa “de repensar a história latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (*ibid.*, p. 27).

Este autor não deixa de sublinhar que as diferentes etapas da economia brasileira (economia colonial, economia mercantil-escravista nacional, economia exportadora capitalista) só podem ser entendidas à luz do desenvolvimento do capitalismo. “Por acaso, diz ele, a industrialização retardatária pode ser entendida sem levar em consideração a dinâmica do capitalismo maduro?” (*ibid.*, p. 177). Porém, continua o autor, “ao mesmo tempo, a História brasileira e latino-americana é a História de um determinado capitalismo, do capitalismo tardio” (*idem*). No fim do livro afirma que “enfim, reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História” (*ibid.*, p.182)

Vemos que Cardoso de Mello tem como referência uma “economia brasileira”, que só pode ser entendida à luz do desenvolvimento do capitalismo. Mas o que significa capitalismo? Um modo de produção? Um único sistema social? A resposta a estas perguntas nos remete à questão da unidade de análise, que não é claramente delimitada, podendo tanto ser o “capitalismo”, a economia mundial ou a “economia brasileira”. Em qualquer caso, esta

abordagem não admite a formação de uma só economia capitalista, embora desde pelo menos 1949, já fossem ressaltadas as conexões entre as atividades econômicas desenvolvidas na América Latina e os centros industriais. Neste sentido, no “Economic Survey of Latin America”, de 1949, a CEPAL argumentava que no processo de irradiação, a partir da Inglaterra, do progresso técnico pelo globo terrestre, “foram se formando, assim, grandes centros industriais em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, pouco tomava parte na melhoria da produtividade” (CEPAL, 1949, p. 3, *apud*. Mello, 1990, p. 14).

Ao comentar a passagem acima, o próprio Cardoso de Mello diz que a propagação do progresso técnico “se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura de economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho....”, em cujo *centro* seriam produzidos os bens industriais de mais alto valor e uma *periferia* encarregada de produzir produtos primários. Mas algo mais importante distingue as duas modalidades produtivas: “a indústria traz em si um elemento dinâmico que a produção primária não possui em grau comparável [...] ao aumento da atividade industrial fomenta a atividade primária; esta ao contrário, não possui o poder de estimular a atividade industrial.” (CEPAL, pp. 49-50, *apud*. Mello, 1990, p. 14).

Portanto, pela natureza das atividades, a região que se especializa na atividade industrial pode se desenvolver autonomamente, enquanto aquela que se especializa na exportação de bens primários não pode comandar seu próprio crescimento, tornando-se, por isso, dependente do centro.

Assumindo em parte as possibilidades de realização do projeto Cepalino, Cardoso & Faletto constataram que “não se poderia negar que, em princípios da década de 1950, estavam dados alguns pressupostos para que a economia latino-americana entrasse numa fase desenvolvimento auto-sustentado” (1970, p. 10). Segundo eles, “as condições estruturais e conjunturais favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria, principalmente, da capacidade de cada país para tomar decisões de política econômica que a situação requeresse” (*ibid.*, p. 11). Esta crença permanece até hoje.

Tratava-se então de criar e fortalecer condições internas –institucionais, sociais e econômicas – que promovessem o desenvolvimento¹³. O Estado tinha um papel protagônico nisto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo.

¹³ “Tratava-se, então, de fortalecer o mercado interno e de organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis ao problema do desenvolvimento de seus países” (Cardoso & Faletto, 1970, p. 12).

Na década de 60 já era possível constatar que a internalização da produção industrial, ocorrida desde pelo menos a década de 1930 em toda a América Latina, não havia eliminado a pobreza, nem internalizado o comando sobre o processo de crescimento econômico e muito menos constituído a nação. Por que as expectativas não se confirmaram? Por que a história tomou outro rumo? Do ponto de vista teórico a resposta veio com as “Teorias da Dependência”, as quais “nasceram, assim, para enfrentar a questão da não-industrialização nacional” (Mello, 1990, p. 23).

Para os dois sociólogos, a investigação das causas da não realização do esperado desenvolvimento nacional e autônomo deveria deixar de se concentrar na possível ausência das condições institucionais e sociais, para concentrar-se na possibilidade mesma da realização daqueles objetivos. Perguntam eles se não estaria havendo “na realidade um erro de perspectiva que permitia crer possível um tipo de desenvolvimento que era irrealizável economicamente” (Cardoso & Faletto, 1970, p. 12).

Além de propor que os aspectos políticos e sociais sejam considerados para explicar porque o desenvolvimento autônomo e sustentável não foi alcançado, os autores advertem que estaria faltando “uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais” (*ibid.*, 15).

Podemos constatar que, através da incorporação à análise das forças e estruturas políticas e sociais, está sendo proposta a ampliação do escopo das explicações puramente economicistas do não-desenvolvimento da América Latina¹⁴.

Nos debates das condições para o desenvolvimento econômico no continente, “os temas que se perfilam com maior vigor são: os condicionamentos econômicos do mercado mundial, inclusive o equilíbrio de poder; a estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo” (*ibid.*, 23).

Vemos aqui que os autores esbarram na economia-mundo, mas não a vêem. Em outro momento dizem que “para uma interpretação global do desenvolvimento” é necessário que as sociedades subdesenvolvidas sejam estudadas não só em suas relações internas “mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”

¹⁴ Dizem os autores expressamente: “Como o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se um ponto de interseção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (Cardoso & Faletto, 1970, p. 23).

(*ibid.*, 25). A situação de subdesenvolvimento passou a existir quando o comércio mundial incluiu em um mesmo mercado “economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global” (*ibid.*, 26). Concluem então que se trata (o subdesenvolvimento) não de uma questão de grau “mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição” (*idem*).

Em outro momento os dois sociólogos dizem que é mister buscar uma interpretação que destaque “os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento”. Na situação colonial a dominação política aparece claramente, mas quando começa a luta pela nação, as forças políticas se sobreporiam ao mercado, ainda que “as vinculações econômicas (...) continuem sendo definidas objetivamente em função do mercado externo” (*ibid.*, 30), limitando a autonomia das forças políticas.

Resumindo, Cardoso e Falleto têm plena consciência de que “de fato, as economias latino-americanas não constituem economias separadas do mercado capitalista internacional.” São, isto sim, economias dependentes, que nas diferentes fases do processo capitalista ligam-se aos países que atuam como centro “e cujas estruturas econômicas incidem significativamente no caráter que adota a relação” (*ibid.*, 33). Estão dizendo que os centros vão moldando as atividades econômicas das nações subdesenvolvidas, ou seja, vão dando caráter específico à dependência. Parece-nos que Cardoso e Falleto foram os autores que mais se deram conta da existência de um sistema mundial, do qual as economias ou sociedades latino-americanas eram uma parte. E foi esta tomada de consciência que os levou a se perguntar se o conceito de dependência não deveria ser substituído pelo de interdependência.

Em suma, pudemos constatar que pelo menos desde 1949, ano da publicação do Informe da CEPAL, os cientistas sociais latino-americanos haviam percebido claramente que um sistema internacional estava em funcionamento, sistema que era desigual, pois havia um centro e uma periferia. Autores mais próximos do marxismo, como Cardoso de Mello, se referem a um certo capitalismo mundial e outros como Cardoso e Falleto, se referem a um “mercado mundial”. Entre os autores até aqui citados não foi mencionado Ruy Mauro Marini, que apesar de ter escrito que a “América Latina surge como tal ao incorporar-se [devia dizer ‘ser incorporada’] ao sistema capitalista em formação, quer dizer, quando se deu a expansão mercantilista européia do século XVI” (Marini, 1985, p. 3), como todos os anteriores, não

abandonou a perspectiva da economia nacional¹⁵. Cabe então perguntar: por que isto aconteceu, ou seja, por que a percepção da existência de uma entidade econômica supra-nacional não ganhou uma correspondente expressão conceitual? Ou melhor ainda, por que a percepção da existência de um sistema internacional não levou à adoção de uma análise verdadeiramente sistêmica?

A resposta a esta pergunta nos levará a encontrar no caso latino-americano aquelas três forças que identificamos como responsáveis pela adoção da perspectiva da economia/sociedade nacional pelas ciências sociais: tanto a luta pela formação do estado, quanto pela superação do atraso relativo envolveram amplos setores da intelectualidade latino-americana, que não obstante as inovações conceituais desenvolvidas, adotaram os paradigmas científicos criados na Europa. A superação da perspectiva da economia nacional foi iniciada quando Immanuel Wallerstein percebeu que a única unidade válida para o estudo da mudança social é a economia-mundo. Esta afirmação é corroborada por Theotônio dos Santos: “a Teoria da Dependência prosseguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial [...] mas [este enfoque] ganha realmente força com a obra de Immanuel Wallerstein” (2002, p.53).

IV - A crítica da perspectiva nacional: A análise dos sistemas-mundo

O positivismo se fundamentou na ciência e nas certezas que vivia a Europa do século XIX. A fé na ciência, no progresso, na paz social assentada sobre princípios racionais, na liberdade, na democracia liberal, no bem estar material, levavam a crer que a humanidade havia, enfim, encontrado seu caminho. Em suma, o contexto era totalmente favorável para uma concepção positiva da ciência. O positivismo, diz Stokes (*op.cit.*, p. 6) “pode oferecer um enfoque epistemológico para períodos de relativa estabilidade estrutural”, e por isso mesmo é inadequado para tempos de mudanças estruturais e sistêmicas. Neste caso, “precisamos uma epistemologia que não distinga, pelo contrário, afirme explicitamente a relação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico. Onde o positivismo separa o sujeito observador do objeto observado, esta outra epistemologia interpretativa que é orientada historicamente vê o sujeito e o objeto num mundo histórico como um todo coevolucionário” (*idem*).

Como resultado da percepção da perda de poder explicativo do paradigma científico tradicional, diversos autores, por caminhos diferentes, chegaram à conclusão de que é

¹⁵ A argumentação desta afirmação encontra-se em Vieira (2004).

necessário uma visão sistêmica, totalizante, holística dos problemas atuais. Tratar-se-ia, pois de retomar o caminho holístico, que foi abandonado pelas ciências sociais e pela cultura ocidental. Capra (1982) tem se dedicado a esta tarefa. Mas não só ele:

“Na sua introdução geral a *A natureza da natureza*, Edgar Morin fala de um ‘paradigma perdido’ e da necessidade de sua reconstrução. Sua reminiscência era um sentido de totalidade perdido, da perdida unidade integral do homem, sociedade e natureza. Em *A natureza da natureza*, Morin tentou, sem reduzir o antropológico ao biológico, a reconstrução de uma síntese multidisciplinária que, desconhecida para ele, constitui uma há muito negligenciada, original e fundamental contribuição ao Marxismo Crítico” (Stokes, 1995, p. 3).

O mais curioso é que a busca do enfoque sistêmico ou holístico de fato nunca deixou de existir, mesmo no pensamento iluminista. Stokes se refere a ela como uma contra corrente, que “provava as bases filosóficas para os ‘cavaleiros da totalidade’. Enquanto ‘totalidade’ ou ‘holismo’ tem desfrutado de um lugar nostálgico e privilegiado na cultura ocidental, ele não é um conceito sem valor metodológico. A questão da totalidade esteve no centro do debate Marxista” (*ibid.*, p. 7).

De todo modo, no que se refere à ciência, foi a partir da década de 1970 que emergiu um pensamento sistêmico, como resultado da crítica da ciência cartesiana, crítica que foi motivada pela necessidade de entender o mundo naquele final de século. Mas antes disso, grandes cientistas sociais, já haviam percebido que o mundo dos homens não podia ser conhecido com as pobres ferramentas conceituais de qualquer uma das várias ciências sociais (economia, sociologia, política, antropologia, etc.). Um desses cientistas foi Fernand Braudel, que em 1955 incitava os cientistas sociais a derrubarem os muros que dividiam seus campos de conhecimento. No que toca à história econômica ele dizia: “Ora, estou persuadido de que a história tem todas as vantagens em raciocinar por comparações, em escala do mundo –a única com validade (...) A história econômica do mundo é efetivamente mais inteligível do que a história apenas da Europa. Mas pode-se dizer que seja mais simples?” (Braudel, 1998, p. 9).

Mas o que é o mundo ou o que é “um mundo”? No cotidiano empregamos a palavra mundo para designar algo grandioso, algo que contém quase tudo, que basta a si mesmo, que contém quase tudo ao que nos queremos referir e que não conseguimos precisar. Neste sentido é que dizemos “o mundo das drogas”, “o mundo do trabalho”, “mundo árabe”, etc. .

Em nossos dias, é quase um suposto do senso comum, que todos os seres humanos habitamos um mesmo mundo, tal são as semelhanças no modo de viver em todas as latitudes de planeta e tão perceptíveis são os laços que unem ou ligam as mais diferentes regiões do

globo terrestre. Mas esta relativa homogeneidade e esta percepção e mesmo convicção de vivermos em uma “sociedade global” não podia ser considerada um suposto há cerca de 500 anos ou mesmo há um ou dois séculos atrás. Em outras palavras, o mundo não tem sido sempre o mesmo, quer dizer o mundo não sempre abarcou a totalidade do universo. Se nas pegadas de Braudel, usamos a palavra mundo para designar uma certa unidade e coerência cultural, política e econômica, que obviamente se estende por um determinado espaço, então, durante muito tempo houve vários mundos, no sentido de que os homens viviam no interior de universos culturais, econômicos e políticos muito distintos, com pouquíssima ou mesmo nenhuma comunicação. Basta pensar no isolamento dos mundos europeu e “americano” antes de 1492.

É nesta perspectiva que Braudel considera que as economias-mundo existiram desde sempre. Uma *economia-mundo*, diz ele, “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (Braudel, 1998, p. 12). Ocupando um certo espaço, a economia-mundo é estratificada, hierarquizada. Tem um centro (seu coração), uma semiperiferia e uma periferia. Distingue-se, portanto, da *economia mundial*, que abarcaria o mundo todo.

Em que pese estas afirmações e até porque era um historiador, Braudel não chegou a formular a idéia de uma sociedade mundial, embora considerasse que esta abordagem totalizante fosse necessária. De fato, em 1969, no prefácio de “Escritos sobre a História”, um livro que reúne artigos escritos desde os anos 1940 e cuja preocupação central era a fragmentação das ciências do homem, Braudel (1992, p. 9) indagava: “Que sociólogo retomaria hoje a seu cargo a sociedade global de Georges Gurvitch?”.

Parece-nos que esta foi a tarefa que Immanuel Wallerstein decidiu levar a cabo. A fundamentação histórica e teórica desta perspectiva foi feita por este autor nos três volumes de seu *O moderno sistema Mundial*. Nesta obra, cujo primeiro volume veio à luz em 1974, Wallerstein explica teoricamente o desenvolvimento histórico do sistema capitalista mundial (que ele qualifica de moderno), desde seu início no século XVI até 1850.

Ao atacar o que chama mitos organizativos¹⁶ das Ciências Sociais, Wallerstein (1998) considera um grande equívoco a escolha do Estado-Nação como unidade de análise para a explicação das mudanças sociais, mais precisamente, para transição do feudalismo para

¹⁶ “Um mito organizativo é uma proposição que não se pode comprovar; é uma lenda, uma meta história que tenta proporcionar um marco de referência dentro do qual se interpretam as estruturas, os padrões cíclicos e os sucessos de um sistema social determinado” (Wallerstein, 1998, p. 57).

o capitalismo. Segundo esta lenda histórica, uma vez houve um mundo feudal que depois foi substituído por uma sociedade moderna constituída por capitalistas e proletários, processo que teria se consolidado na passagem do século XVIII para o século XIX. Ficava por explicar com este processo havia concretamente ocorrido nos diferentes países, dando-se por certo, que havia diferenças. Esta questão transformou-se “num programa intelectual para as ciências sociais históricas”, programa que consistia em responder a três perguntas básicas: i) Como explicar os diferentes itinerários nacionais?; ii) Como os países enfrentam a desorganização provocada por sua “modernização”; e iii) Como pode uma nação atrasada superar seu atraso?

Entre os equívocos destes mitos organizativos de Wallerstein, desejamos destacar aquele que se relaciona com o assunto que estamos tratando:

“Os estados modernos não são os marcos de referência primordiais dentro dos quais se leva a cabo o desenvolvimento histórico. De maneira mais útil eles poderiam ser considerados como grupos de instituições sociais dentro da economia-mundo capitalista, sendo este o marco dentro do qual, e a partir do qual, podemos analisar as estruturas, as conjunturas e os acontecimentos” (Wallerstein, 1998, pp. 63-64).

Podemos agora acompanhar Wallerstein na exposição conceitual e histórica do moderno sistema-mundial. Diz ele:

“No final do século XV e começo do XVI, nasceu o que poderíamos chamar de uma ‘economia-mundo européia’. Trata-se de uma única entidade econômica, que em seu espaço convive com diferentes formas de entidades políticas (império, cidades-estados, nações-estado), sendo maior que qualquer uma delas, e por isso constitui-se num ‘sistema mundial’. E é uma ‘economia-mundo’ devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, ainda que em certa medida seja reforçado por vínculos culturais e eventualmente, como veremos, por arranjos políticos, incluindo estruturas confederativas” (1990, p. 22).

O autor prossegue afirmando que “as técnicas do capitalismo moderno e da tecnologia da ciência moderna, que como sabemos estão uns tanto ligados entre si, permitiram que esta economia-mundo crescesse, produzisse, se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada” (1990, p. 22). O capitalismo, defende Wallerstein, se apresentou com uma alternativa mais eficiente para a apropriação do excedente do que o império. Numa economia-mundo, o “Estado se converte não tanto na empresa econômica central e sim no meio de assegurar certas condições de intercâmbio em outras transações econômicas” (*ibid.*, p. 23) e ao fazê-lo cria condições para que o mercado funcione como criador de incentivos “para aumentar a produtividade e todo o conjunto de condições que acompanham o desenvolvimento econômico moderno. A economia-mundo é a arena na qual transcorrem estes processos” (*idem*).

IV.1 - Divisão do trabalho: a espinha dorsal da economia-mundo

O conceito de divisão do trabalho é um dos pilares de toda a argumentação de Wallerstein, uma vez que é precisamente a existência de diferentes atividades, em diferentes regiões, realizadas por diferentes grupos étnicos, com diferentes remunerações, quer dizer, a divisão técnica, espacial, étnica e salarial do trabalho que permite o florescimento da economia-mundo européia.

Devemos sublinhar que nesta formulação a divisão do trabalho é o que constitui a própria economia-mundo, a qual pode ser pensada como uma teia formada pelos elos das cadeias mercantis, os quais, apesar de se localizarem dentro dos limites dos estado-nação, constituem um sistema que se sobrepõe a todos eles.

Nesta perspectiva, cada estado-nação pode interferir no sistema econômico na medida em que atua sobre os elos das cadeias mercantis localizados em seu território. E ao fazê-lo, interfere não apenas nos interesses dos capitalistas cujos elos situam-se em outros territórios, como também nos interesses dos estados-nação que abrigam estes elos.

Desigual por natureza, esta divisão do trabalho, é segmentada espacial e socialmente, e a distribuição espacial das atividades vai segmentar o espaço da economia-mundo em três áreas. No caso das relações de trabalho, devido a que constatou que o trabalho assalariado, a escravidão e a servidão correspondiam a regiões distintas, prevalecendo o assalariamento no centro, a servidão na semi-periferia e a escravidão na periferia. Por que esta segmentação?

“Porque os modos de controle do trabalho afetam significativamente o sistema político (em particular a força do aparelho de Estado) e as possibilidades de uma burguesia nativa prosperar. Precisamente, a economia-mundo estava baseada no pressuposto de que realmente existiam estas três zonas e de que estas possuíam de fato diferentes formas de controle do trabalho. Se assim não fosse, não teria sido possível assegurar o tipo de fluxo dos excedentes que permitiu que o sistema capitalista viesse à luz.” (Wallerstein, 1990, p.21)

Devemos dar atenção a estas afirmações. Está sendo dito que a economia-mundo capitalista só pode se desenvolver porque em seu espaço co-existiam três formas de organização do trabalho, que são profundamente desiguais em termos de remuneração e condições de trabalho, e que levam a diferentes formas de socialização, de organização política do estado etc. . Esta desigualdade não é circunstancial, ao contrário, ela é constitutiva da economia-mundo ou, como diz Wallerstein um pouco antes, “a solidariedade do sistema se baseava em última instância neste fenômeno de desenvolvimento desigual”. (*ibid.*, p. 119).

Portanto, a perspectiva da economia-mundo não permite cair na ilusão da possibilidade da difusão universal do lema oitocentista “liberdade, igualdade, fraternidade”, e das posteriores versões deste lema, como são as promessas da democracia e dos direitos humanos. Esta constatação se apresenta como um duro golpe para os estudos que, adotando como unidade de análise as economias e sociedades nacionais, não podem ver as conexões existentes entre as condições de trabalho e de vida do centro, da semi-periferia e da periferia. Uma vez ignoradas estas conexões, uma determinada sociedade é vista como isolada, livre, o que dá ensejo às propostas segundo as quais estas duas últimas áreas podem desenvolver-se e igualar-se ao centro ¹⁷.

Além de chamar atenção para as implicações tanto do voluntarismo da esquerda quanto do ilusionismo dos defensores da missão civilizadora do capitalismo (ambos resultantes de análises que fazem abstração do capitalismo realmente existente, vale dizer, análises que ignoram solenemente as dimensões históricas e geográficas), o parágrafo que reproduzimos a seguir deveria ser conhecido por todo estudioso e pesquisador das relações de trabalho:

“A questão é que as ‘relações de produção’ que definem um sistema são as ‘relações de produção’ do conjunto do sistema, e o sistema nesta época é a economia-mundo européia. O trabalho livre é, de fato, um traço definidor do capitalismo, mas não o trabalho livre em todas as empresas produtivas. O trabalho livre é a forma de controle do trabalho utilizada para o trabalho qualificado nos países do centro, enquanto o trabalho forçado se utiliza para as atividades menos qualificadas nas áreas periféricas. **Esta combinação é a essência do capitalismo. Quando o trabalho livre imperar em todos os lugares teremos o socialismo**” (Wallerstein, 1990, pp. 179-80, grifos nossos)

São estas características da economia-mundo que limitam o leque de opção dos governantes e das forças políticas cujas bases e palco de atuação são o espaço nacional. Não apenas estas forças precisam atuar sobre ou influenciar um sistema econômico que é mundial, como as capacidades destas mesmas forças em grande parte está delimitada pela localização na economia mundial (centro, semi-periferia, periferia), localização que por sua vez é um produto do desenvolvimento da economia-mundo mundial e que por isso mesmo dificilmente pode ser alterado, ou só pode ser alterado, para um ou outro componente do sistema ¹⁸.

¹⁷ Nota-se aqui uma das consequências práticas da adoção de uma perspectiva metodológica que poderíamos chamar de equivocada, neste caso a perspectiva da economia nacional.

¹⁸ Para uma discussão das mudanças na posição dentro da economia-mundo ver Arrighi (1997)

V – Considerações finais

Neste texto tivemos a intenção de registrar os primeiros resultados de uma pesquisa que pretendemos empreender sobre um dos aspectos da crise da economia-mundo capitalista: a incapacidade explicativa das ciências sociais, que são parte da esfera ideológica desta mesma economia-mundo.

Na atualidade, a dimensão global do sistema capitalista é tomada como um dado, não apenas para os cientistas como também para as pessoas comuns. Não obstante, a economia nacional e/ou a sociedade nacional continuam merecendo *status* de unidade de análise para a grande maioria dos cientistas sociais.

Insatisfeitos com esta situação, procuramos neste texto iniciar a crítica dessa concepção nacional da economia. Desta forma, nossa investigação nos levou a identificar três causas para o estabelecimento e permanência da economia nacional como unidade de análise. Ao focar os cientistas sociais latino-americanos, pudemos ver que, em que pese haver diferenças significativas, persiste uma unidade: todos estão referidos à economia nacional.

Por fim apresentamos a inovação teórica que, ao estabelecer que a única unidade de análise válida para o estudo da mudança social é a economia-mundo, teríamos, a nosso juízo, dado os primeiros passos no caminho da superação da limitação antes apontada.

Além das possíveis debilidades lógicas, a adoção desta perspectiva sistêmica levanta questões mais imediatas sobre as possibilidades das transformações nos estados-nação componentes do sistema inter-estatal, bem como a respeito do papel das forças políticas em mudar as condições globais. No entanto, não levaria esta perspectiva a um certo imobilismo político? Não temos resposta para esta pergunta. O objeto que queremos investigar, na verdade, é até que ponto a fixação das Ciências Sociais (aí incluída Economia Política) na economia nacional contribuiu para a criação dos irrealizáveis sonhos da emancipação humana seja por meio do desenvolvimento nacional, seja pela vida da revolução em um só país.

No caso da economia, coloca-se a questão de saber se o espaço nacional é coberto somente por elos das cadeias globais de mercadorias ou se há cadeias “nacionais” que poderiam conformar um sistema econômico nacional. Somente uma pesquisa empírica pode dirimir estas dúvidas. No entanto, poderíamos adiantar que nos dias de hoje, em maior ou menor grau o tal “sistema econômico nacional” sempre terá algum ponto de conexão com a economia-mundo. Estas são, no entanto, questões que só o prosseguimento da pesquisa poderá esclarecer.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BLOCH, M. “História econômica da Europa, I. A vida agrária na idade média”, *Revista de Direito privado*, Madrid, 1948.
- BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, v.1, 2ª Ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BRAUDEL, F. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, v.2, 2ª Ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVIII: Os jogos da troca*. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARDOSO, F.H; FALETO, E. *Dependencia e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.
- CHESNAIS, F. “A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, F. [et al]. *Uma nova fase do Capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- DOS SANTOS, T. “World Economic System: on the genesis of a concept”. *Journal of World-Systems Research*. VI, 2, Summer/Fall, 2000.
- DOS SANTOS, T. *La teoría de la dependencia. Balances y perspectivas*. México: Plaza y Janés, 2002.
- DREIFUSS, R. *Transformações matrizes do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FURTADO, C. *BRASIL: a construção interrompida*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 25ªEd. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

- HOBBSBAWM, E.J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARINI, R.M. *Subdesarrollo y Revolución*, México: Siglo XXI Editores, 1985.
- MARX, K.. *O capital: crítica da economia política: livro I, vol. 1, 18. ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K. *Introducción general a la crítica de la Economía Política / 1857*. México: Siglo XXI Editores, 2004
- MASEFIELD, G.B. “Crops and livestock”. *Cambridge Economic History of Europe*, IV. *The economic of expanding Europe in the 16th and 17th centuries*. E.E.Rich e C.H.Wilson Eds. London. New York: Cambridge University Press, 1967.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. 8ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PRADO JR., C.. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SANTOS, B. de S. “A Discourse on the Sciences”, In: *Review*, Vol.XV, No.1, Winter, 1992.
- STOKES, K.M. *Paradigm Lost: A cultural and Systems theoretical Critique of Political Economy*. New York: M.E.Sharpe, 1995.
- TODD. E. *A ilusão Econômica – ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1999.
- VIEIRA, P. A.. *Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo*, In: *Revista Cadernos de Economia*, nº 15, julho/dezembro de 2004.
- VIEIRA, P. A.. “Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo”. *Revista Cadernos de Economia* 15 (2004).
- WALLERSTEIN, I.. *El Moderno Sistema Mundial*. Vol. 1, 9ª Ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1990.

WALLERSTEIN, I.. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno editores, 1998.

WALLERSTEIN, I.. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol 1. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974a.

WALLERSTEIN, I.. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol 2. Lisboa: Edições Afrontamento, 1974b.